

## **A Revolução Francesa na informação de D. Alexandre de Sousa e Holstein, embaixador de Portugal junto da Santa Sé**

Debruçando-nos sobre a história recente da cidade de Roma, confrontamo-nos frequentemente com vestígios da «República Romana» estabelecida pela presença das tropas napoleónicas na cidade dos Papas, em fins do séc. XVIII. No que diz respeito a Portugal, é significativo recordar o facto da ocupação da igreja nacional de S. António, à semelhança do que aconteceu com os outros templos da Cidade. Hoje, mais relevante parece ser o campo da informação diplomática acerca desse acontecimento, simultaneamente importante e controverso. Como era vista tal situação pelo embaixador português de então, na sua relação com Roma e a partir de Roma?

O correio semanal da representação diplomática portuguesa em Roma funciona quase como um “diário”, cujo conteúdo poderá vir a contribuir para uma avaliação mais correcta daquela Revolução. Trata-se de um campo a nós pouco conhecido, até porque o precipitar de situações revolucionárias não deixou tempo para tais estudos. A narrativa do que em França se ia desenrolando, nomeadamente nas repercussões que ia tendo nas relações com a Santa Sé, é feita pelo Representante de então num estilo crítico, reservado, por vezes, angustiado e dramático, que mostra bem como a Revolução Francesa aparecia como um movimento carregado de perplexidade, angústia e despotismo.

Os dossiers do Arquivo da Embaixada de Portugal junto da Santa Sé (AEPSS) constituem uma fonte preciosa para essa retrospectiva histórica,

durante os Pontificados de Pio VI e de Pio VII. A correspondência relativa a esse período provém da primeira estadia de D. Alexandre de Sousa e Holstein em Roma; é o mais rico de informação e vai até ao último Ofício, com a data de 20.6.1792. Este será o campo de estudo do presente artigo. O Embaixador Eduardo Brazão fez publicar em 1973 três volumes com alguns desses textos<sup>1</sup>. Os documentos aí apresentados iniciam com o Ofício do ministro D. Alexandre (1.12.1790) e terminam com o primeiro Ofício de seu filho D. Pedro de Sousa e Holstein (13.12.1803), o primeiro Duque de Palmela.<sup>2</sup>

Com elegância e preocupação de fidelidade, D. Alexandre vai transmitindo as notícias de França, ao mesmo tempo que nos dá um esboço da vida política e religiosa de Roma. Por vezes, deixa-nos a impressão de ficar no limiar daquilo que se passa por detrás dos bastidores. Mesmo assim, o que diz é muito. Sem fazer uma história, ele toca toda uma série de factos e de personagens constitutivos dessa mesma história.

Diante de nós vemos desfilar inúmeros personagens, muitos deles anónimos, mas muitos outros com o nome que os fez entrar na história: Cardeal de Bernis, Cardeal de Loménie, Cardeal Campanelli, Cardeal Zelada, Cardeal Antonelli, Card. Herzan, Cardeal de Rohán, Mons. Stay, Abade Maury, Príncipe de Condé, Mr. de Cambyse, Mr. de Ségur, Mr. Bernard. Os coriféus propriamente ditos da Revolução nunca são nomeados. Fala-se de El-Rei e seus familiares, como se fala de Assembleia Nacional e de Constituição. Não faltam referências à Declaração dos direitos do Homem e à Constituição Civil do Clero.

Fala-se de países, condados e impérios: Espanha, Alemanha, Rússia, Prússia, Áustria, Avinhão e Carpentras e Venassin, Nápoles, Veneza, Sardenha, Córsega, etc. Fala-se de Consistório e Conclave em Roma, dos Sínodos de Florença e de Pistoia, e da possibilidade de um Concílio Nacional para França. Assistimos a lutas, destruições, revoltas, fugas, espionagem, preparativos de guerra. Ainda que distante no tempo e

<sup>1</sup> *Relações Diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. Da Revolução Francesa a Bonaparte (1790-1803)* I, II, III, Lisboa 1973.

<sup>2</sup> D. Alexandre, Morgado de Calhariz, fez um interregno de dez anos na sua missão romana ficando a substituí-lo, como Encarregado de Negócios interino, Luís Alvares da Cunha e Figueiredo. Antes de 1790, D. Alexandre, cuja mãe de origem alemã era D. Maria Leopoldina de Holstein Beck, estivera em Berlim, de onde transitou para Roma. Sobre esse período ver: ANTÓNIO FERRÃO, *As impressões de um diplomata português na Corte de Berlim. Correspondência oficial de D. Alexandre de Sousa e Holstein, primeiro ministro de Portugal na Corte da Prússia, no tempo de Frederico-Guilherme II (1789-1790)*, Coimbra 1919.

no espaço, o nosso diplomata deixa adivinhar os horrores e o desconcerto do que se passava, assim como aqueles que a voragem da Revolução ia sacrificando, com a expressão genérica dos “negócios de França”, objecto de reflexão por parte da Cúria Romana e de oração por parte de toda a Igreja.

No campo das ideias e do pensamento da Igreja, não se podem deixar de ter em conta os textos oficiais que ele juntava no Correio para Lisboa, sem os resumir nem comentar. De tudo nos deixou um quadro cheio de “suspense”, por vezes dramático, de um movimento revolucionário que viria a derrubar o Antigo Regime e a perseguir a Igreja, depois de sepultar as esperanças iniciais de reforma na ditadura do terror e da anarquia.

Após meio ano de estadia em Roma, D. Alexandre pode afirmar, sem falsa modéstia, “estar muito boçal nestas políticas romanas”, mas, passado um ano, ele tem consciência de não dever cansar a paciência do ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho<sup>3</sup> “com miudezas insignificantes desta terra, que foi sempre famosa nessa parte”.

No painel da informação contrasta grandemente o ânimo dos principais intervenientes. Aos homens da Revolução, caracterizados como “ferozes democratas”, “sujeitos perigosos”, “infames delatores”, contrapõe-se a paciência e a benignidade do Papa, apesar do seu “temperamento feroso”. Se os democratas, rebeldes e provocadores, pareciam tudo fazer para “destruir a Religião naquele Reino”, o Papa adiava decisões, “ganhava tempo”, na esperança de “não romper de todo com a França”, um país de 24 milhões de católicos. O receio de uma ruptura na cristandade, semelhante à dos países protestantes, havia mais de dois séculos, e o perigo de uma guerra de religião acabaram por pesar de modo decisivo na atitude do Papa. Falando da “ligeireza dos franceses e da pouca afeição à Sé Apostólica”, D. Alexandre evidencia também o espírito anti-clerical e jacobino dos revolucionários, e a sua pernicioso influência noutros países, de que eram expressão diversos fenómenos de agitação social.

Os temores da Cúria andavam ligados à incógnita que a quebra da tradicional aliança com a Monarquia e a aristocracia trazia consigo. A Igreja sentiu-se posta em causa, rejeitada, perseguida e perante a diversidade de

<sup>3</sup> Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), 1. Visconde de Balsemão, depois de ter estado no Brasil, foi Ministro em Londres (1774-1788), e em Lisboa Ministro da Guerra e dos Estrangeiros, a partir de 1788. Cf. CAETANO BEIRÃO, *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a revisão da História do seu reinado*, Lisboa 1944, p. 342.

propostas, de intransigência ou de tolerância, o Papa encontrou-se muitas vezes a braços com a indecisão e o adiamento, esperando dias melhores e que o cansaço da barbárie se apaziguasse.

A situação interna da Igreja em França era grave, não só pelas leis impostas ao clero, mas também pela divisão entre os Bispos fiéis a Roma e os que juraram a Constituição e pelo consequente risco de cisma. A posição de Roma encontrava-se enfraquecida pelos equívocos do poder temporal, ligados a Avinhão, à política de impostos e privilégios. Perante os ataques ferozes aos sacerdotes, Roma nada mais pôde fazer que acolher de braços abertos aqueles que, escapando às masmorras ou ao martírio chegavam sem nada à cidade dos Papas. Cerca de duas décadas antes, Roma teve de acolher igualmente os cerca de mil jesuítas expulsos dos territórios de dominação portuguesa.

Não faltaram delegações e encontros, mas a penetração dos revolucionários chegou a infiltrar-se com espias em toda a parte e a todos os níveis, o que veio a agravar a insegurança na Cúria. E quando as ameaças chegaram também aos países que acolhessem os religiosos e aristocratas banidos pelos revolucionários, gerou-se um “terror pânico”, porque os “jacobeus” e os “barbarescos” não respeitavam ninguém.

Estamos perante o testemunho eloquente de um contemporâneo que, fiel à sua Pátria e à Igreja, dá informação com a atenção e a ansiedade que a novidade insuspeitada de um tal acontecimento requeria de um diplomata.

### A questão de Avinhão e o juramento da Constituição

A primeira informação de D. Alexandre de Sousa e Holstein, a partir de Roma, sobre a Revolução Francesa e as repercussões que estava a ter na Santa Sé, é um quadro vivo e perspicaz desse “árduo negócio” com que a Igreja se confrontava em terras de França, havia mais de um ano. Aí se refere a duas questões particularmente delicadas, a justificarem a perplexidade do Papa em tomar uma decisão perante a violência que o caudal revolucionário tinha assumido: 1) As terras de Avinhão, que antes pertenciam ao Papa, tinham-se sublevado e com a protecção da Assembleia Nacional entravam a fazer parte do território francês; 2) O juramento da Constituição, a que Bispos, Priores e Vigários ficavam obrigados a partir da decisão de 27.11.1790 da Assembleia Nacional, e que muitos efectivamente prestaram.

“Os negócios de Avinhão vão cada vez pior para a Santa Sé, depois que teve a notícia que a Assembleia Nacional pedira a El-Rei que mandasse uma Guarnição Francesa para aquela cidade, e em que todos os Decretos da sobredita Assembleia de algum tempo a esta parte são tão fatais para esta Cúria que absolutamente não é de prever o reparo que o Santo Padre lhe possa achar; contudo alguma sorte de resolução é muito provável que Sua Santidade haja de tomar nas circunstâncias presentes, havendo chegado esta madrugada um Correio em 7 dias ao Cardeal de Bernis <sup>4</sup> com Despachos em que oiço que os Bispos de França, ou pelo menos os que assistem à Assembleia Nacional, pedem conselho ao Papa sobre o que devem fazer a respeito do novo juramento que esta os obriga a prestar. Não me consta com certeza que seja com efeito tal o teor dos sobreditos despachos, mas é certo que o Cardeal foi logo à audiência do Papa, e esteve muito tempo com ele, e é igualmente certo que as notícias são más pois se faz mistério delas. No estado actual destes negócios não deixam de haver pessoas nesta Corte que se lembram com saudades dos Jesuítas, imaginando que eles (se existissem) poderiam achar algum remédio aos danos da Cúria Romana (...)

P.S. Oico neste momento que o objecto da expedição do Correio extraordinário de França seja muito mais escabroso para o Papa do que fica exposto, pois me dizem que El-Rei, obrigado pela Assembleia Nacional pede a Sua Santidade queira sancionar todos os Decretos em matérias eclesiásticas; se assim é, não tem duvida que seja o negócio mais árduo que nenhum Papa tenha tido”. <sup>5</sup>

Na carta da semana seguinte, D. Alexandre acrescenta novos elementos que ajudam a compreender o drama que se vivia em Roma pela situação da Igreja em França. O próprio rei pedia ao Papa que aprovasse tudo o que em França se tinha deliberado a respeito do clero, mas um tal pedido tornava impossível uma resposta imediata. Perante a gravidade dessa situação perdem relevância todos os outros problemas com que a Santa Sé, nessa altura, se debatia, tais como o Sínodo de Florença e de Pistoia (Sínodo jansenista e galicano), as negociações com o rei de Nápoles, as resoluções dos municípios de Avinhão e Carpentras.

<sup>4</sup> O Cardeal de Bernis (1715-1794), grande figura da diplomacia francesa, foi ministro da França junto da Santa Sé de 1768 a 1791. A sua representação em Roma foi faustosa e chamaram-lhe mesmo “le roi de Rome”. Morreu em Roma retirado do seu cargo, no meio de dificuldades, quando desaprovou a Constituição Civil do Clero.

<sup>5</sup> Roma 13.12.1790: AEPSS Liv.8, fl. 2v-3.

“Foi uma carta do próprio punho de El-Rei para o Papa que trouxe o Expresso de França em que eu falei a semana passada, referindo S. Maj.de nela as instâncias que lhe faziam para que sancionasse os últimos Decretos da Assembleia Nacional a respeito dos Bispos; ponderava em segundo lugar os perigos imensos que haveria em negar a sanção, protestava o dito que tinha de viver e de morrer no grémio da Igreja Católica e concluía por pedir a Sua Santidade com a maior ternura que aprovasse tudo o que se havia feito em França a respeito do Clero a fim de evitar os danos que do contrário se poderiam seguir.

Não se compreende ainda bem aqui se o contexto desta Carta proveinha do ânimo brando e vacilante de El-Rei que lhe faz parecer fácil as coisas mais impossíveis, ou se é um novo ardil dos ferozes Democatas que procuram um pretexto para romper de uma vez com a Sede Romana.

O certo é que se pede ao Papa nisto só uma infinidade de coisas que ele não pode, ou não deve conceder, ameaçando-o ao mesmo tempo, em caso de repulsa, do perigo de originar um cisma. Nestes termos não quis Sua Santidade tomar sobre si só um negócio de tanta importância, e convocando uma Congregação de Cardeais a quem impôs o segredo do Santo Ofício, pediu que lhe dessem conselho; e se bem que esta Junta se fizesse há já 6 dias, ainda Sua Santidade se não animou a responder, nem se pode prever de certo o que dirá, mas a opinião mais provável é a que afirma de estar pronto a conceder todo o possível, contanto que o Clero de França consinta e lhe proponha ele mesmo as reformas que são precisas; dando a entender que se convoque um Concílio Nacional, o que a Assembleia certamente não permitirá. Deus sabe quais serão as consequências de um negócio em que ambas as partes pedem coisas que devem presumir impossíveis, mas o Papa declara entretanto a todos os que lhe falam neste ponto, que ele nunca há de levantar o muro de separação entre a Igreja Romana e a França.

Enquanto esta importante questão se não decide bem pode V. Ex.a supor que todas as mais violências estão como suspeitas, ninguém fala no Sínodo de Florença, nem no Bispo de Pistoia, não se trata de negociações com El-Rei de Nápoles, nem se sabe se S. Maj.de passará por aqui quando voltar de Viena, apesar de ter sido expressamente convidado: as temerárias e extravagantes resoluções das Municipalidades de Avinhão e Carpentras não ocupam tão pouco a atenção do Santo Padre pois conhece que a perda ou a restituição daqueles Domínios depende da sorte da França.”<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Roma 22.12.1790: AEPSS Liv.8 fl. 3v-4.

No correio seguinte D. Alexandre continua a referir “a gravidade do negócio” e a demora da resposta do Santo Padre. E acrescenta que “uma infinidade de cartas dos Bispos Franceses” tem chegado a pedir ao Papa faculdade de prestarem o juramento da Constituição, sob pena de perderem os seus Bispados. Entretanto, foram ordenadas “preces em todas as paróquias de Roma e uma espécie de Jubileu para impetrar o auxílio de Deus”.<sup>7</sup>

Estava-se na quadra do Natal e chegava a Epifania sem que tivesse sido expedida para França a resposta do Santo Padre, a qual iria expressa em dois Breves, um dirigido aos Bispos e outro ao Rei. Uma tal demora não era senão “prova evidente da dificuldade infinita dos referidos Breves”.<sup>8</sup>

Entretanto, o Papa convocara para 13 de Janeiro uma Congregação extraordinária de 14 Cardeais e vários Prelados para decidir sobre vários assuntos, o principal dos quais era, presumivelmente a informação ao Sacro Colegio da resposta que seria enviada ao Rei e aos Bispos de França e que já fora entregue ao Secretário dos Breves para os Príncipes, Mons. Stay, para ser traduzida para latim.<sup>9</sup>

Nesta Congregação, porém, só se tratou da “conjura do Sínodo de Pistoia”. Porque no dia anterior chegara a notícia de que o Rei de França “confirmara todos os decretos da Assembleia Nacional em matérias eclesiásticas”, o Santo Padre pediu, no meio da maior perplexidade, os seus escritos, que começou a trabalhar de novo. E o nosso diplomata dá com mestria e elegância, uma ideia do quadro de irresolução em que o caso francês se encontrava:

“Muita gente desaprova a irresolução e vagar com que Sua Santidade tem procedido neste negócio, dizendo que ao menos aos Bispos era necessário responder imediatamente para os guiar e confortar nas terríveis circunstâncias em que se acham; mas muitos outros louvam essa mesma irresolução, não sabendo o que se possa escrever de mais útil nas circunstâncias presentes, tanto mais que a experiência tem mostrado que a lentidão em resolver arruína raramente os negócios, e que a precipitação quase nunca os dirige bem.”<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Roma 29.12.1790: Idem, fl. 4v-5.

<sup>8</sup> Roma 5.1.1791: Idem, fl. 5.

<sup>9</sup> Roma 12.1.1791: *Ibidem*.

<sup>10</sup> (Roma 19.1.1791: Idem, fl. 6v-7).

“Nas circunstâncias presentes, o Santo Padre não se ocupa, por assim dizer, senão dos negócios de França”.<sup>11</sup> Há mais de seis semanas que trabalha na resposta a dar ao Rei e aos Bispos franceses, e tem-se ocupado “tão assiduamente deste negócio que não tem saído uma só vez fora”. Além da gravidade do assunto, D. Alexandre vê uma outra razão no génio do Papa, “que não se fia de ninguém senão de si próprio para a minuta daqueles Breves, querendo alegar neles todos os argumentos possíveis, confutar os adversarios, e, enfim, compor uma verdadeira obra de Teologia, sem atender que escreve a pessoas, que seguramente a não hão-de ler”. E com igual finura, D. Alexandre descreve a embaixada de dois deputados da província de Carpentras, que vinham

“ajustar diferenças que vertem a respeito da sua Província que não imitou inteiramente a de Avinhão, mas pouco menos, pois pretende ficar debaixo da Dominação da Santa Sé com tantas prerrogativas e isenções que pouco mais fora o perdê-la. Sua Santidade ainda os não admitiu à sua presença, nem sei se o fará, mas o Secretário de Estado e os outros Cardeais e Prelados da Congregação para os negócios de Avinhão já lhes deram audiência, e não se mostram satisfeitos do mandado que eles trazem.”<sup>12</sup>

Enquanto os delegados de Carpentras se encontravam em Roma, chegou a notícia de que o povo de Avinhão tomara posse de Carpentras. Nas presentes circunstâncias, o nosso diplomata não prevê que possa ser tomada outra atitude senão a de “alguma protestação” ou de aguardar acontecimentos futuros. Acerca da resposta aos Bispos e Rei de França, D. Alexandre presume que o Papa já acabou o volumoso escrito e que está a ser traduzido para latim, mas que do seu conteúdo nada sabe. Razão para tal conjectura era o facto de Sua Santidade ter cancelado todas as audiências durante dois meses e agora ter concedido uma a ele, D. Alexandre e outra ao Embaixador de Veneza e Ministro da Sardenha.<sup>13</sup>

Na semana seguinte, “o volumoso escrito” do Papa aos Bispos franceses ainda não fora expedido nem dado a conhecer ao Corpo Diplomático. É possível que o seja durante a semana, mas também poderá não o ser, dado “o silêncio que o Papa observa com o Cardeal de Bernis a este

<sup>11</sup> Roma 26.1.1791: Idem, fl. 7.

<sup>12</sup> Roma 2.2.1791: Idem, fl. 7v.

<sup>13</sup> Roma 9.2.1791: Idem, fl. 8.

respeito”. Quando isso acontecer, D. Alexandre enviará uma cópia e, confessando não entender muito de Teologia, limitar-se-á a dar ideia sucinta do texto. E mais adiante refere dados novos sobre a situação em França e o eco que dela se tem em Roma:

“As notícias que vieram de França não deixam de inspirar algum género de confiança ao Sacro Colégio, pois se diz que os Bispos persistem constantemente em não prestar o juramento que a Assembleia pretendia, e que esta principia a recear alguma consequência funesta daquela persistência, por cujo motivo começam a ir moderando as suas pretensões. Resulta de tudo isto que geralmente se aplaude agora a reflexão e vagar com que Sua Santidade se portou neste grande negócio, pois se vê que não resultou daí nenhum prejuízo, e que os poderia ter havido muito graves se tivesse abraçado algum partido violento.”<sup>14</sup>

### Perigo de um cisma religioso

O referido escrito papal, “por não ser possível acabar de o traduzir e copiar em tão pouco tempo”, deve ser expedido nesta semana. Sobre o caso de Avinhão e Condado Venaissin não há nada de novo, tendo passado a ser visto como “um negócio secundário” perante o perigo de um cisma religioso em terras de França. O nosso Embaixador dá-nos dessa situação dramática um quadro vivo e cheio de perspicácia:

“... mas o que faz tremer e que excita toda a atenção de Sua Santidade é o perigo da mudança de Religião em toda a França, pois se não caracteriza aqui de outra forma a aprovação que El-Rei deu aos Decretos da Assembleia, em matérias de Religião. Este temor que podia em outros tempos, fermentando em Roma, suscitar os maiores estragos e ruínas em toda a Europa, não causa presentemente senão alguma exclamação ou outro semelhante desafogo insignificante das pessoas mais apaixonadas, graças à Providência, e virtudes do Santo Padre, que protesta não querer levantar o muro da separação entre a Igreja Galicana e Romana, e por isso negou ouvidos até agora às sugestões violentas de alguns aristocratas franceses, os quais pretendiam restabelecer a harmonia e boa ordem da sua Pátria pela via sanguinosa de uma guerra de Religião, que é sem dúvida a mais feroz de todas as que se originam nas discórdias civis.

<sup>14</sup> Roma 16.2.1791: Idem, fl. 8v-9.

Apesar da moderação de Sua Santidade, secundada perfeitamente pelo Ministro da França, Cardeal de Bernis, não parece crível que Sua Santidade resista ao clamor universal que se levantou contra o Cardeal de Loménie de Brienne depois que ele prestou o juramento que a Assembleia exigiu e que os outros Bispos quase unanimemente recusaram. Este purpurado, que teve a presunção de pretender justificar o seu procedimento, escrevendo ao Papa para que autorizasse os mais Bispos a se uniformarem com ele, será provavelmente citado perante o Consistório como herege e excomungado e expulso desde logo do Sacro Colégio, se acaso se não retratar do seu erro; tal é a opinião do público; mas quem sabe o que o Papa fará?"<sup>15</sup>

Entretanto, passados quase três meses, a resposta do Papa ainda não saíra de Roma, o que agora parecia estar eminente.

"Daqui a dois dias se completarão três meses que o Papa recebeu o recurso dos Bispos de França, cuja resposta se não expediu até agora apesar das solicitações de muita gente e dos repetidos argumentos que havia da sua próxima expedição: contudo neste ponto tenho eu um maior que todos os mais para supor que haja enfim de partir dentro de pouquíssimos dias sendo totalmente incrível o grau de aplicação e de assiduidade ao trabalho que o Papa tem manifestado nesta ocasião."<sup>16</sup>

O texto já se encontrava traduzido e limpo, mas o Santo Padre, antes de o assinar, começou novamente a emendá-lo, "fazendo-lhe adições e mudanças relativas às novidades que de cada correio se recebem de França".<sup>17</sup>

Finalmente, de Roma são expedidos dois Breves: um para o Cardeal de Loménie,<sup>18</sup> de que envia cópia; outro para os Bispos franceses, de que o Papa não permitiu se espalhássem cópias antes de ter "a certeza de haver sido entregue ao seu destino".<sup>19</sup>

"...Tenho a honra de remeter a V. Ex.a, aqui inclusa, a cópia do Breve que Sua Santidade escreveu ao Cardeal de Loménie, no qual se percebe

<sup>15</sup> Roma 23.2.1791: Idem, fl. 9v-10.

<sup>16</sup> Roma 2.3.1791: Idem, fl. 10v.

<sup>17</sup> Roma 9.3.1791: Idem, fl. 11.

<sup>18</sup> O Cardeal de Loménie de Brienne, Arcebispo de Toulouse, tinha aderido à Constituição. Por ter feito o juramento exigido pela Assembleia, e pretender que os outros Bispos fizessem o mesmo, foi severamente censurado pelo Papa.

<sup>19</sup> Roma 30.3.1791: AEPSS Liv.8 fl. 13v.

claramente qual seja a maneira de pensar e qual haja de ser a futura resolução do Sumo Pontífice a respeito dos negócios de França; e participo ao mesmo tempo a V. Ex.a que 6.<sup>a</sup> feira passada se expediu finalmente aos Bispos Franceses, por via do Núncio Apostólico, a resposta da Santa Sé às cartas que eles lhe haviam escrito. Não posso mandar hoje a V. Ex.a a cópia desse segundo Breve, nem sei se o poderei fazer para a Semana, pois ainda o não pude haver, nascendo esta dificuldade do mistério que por ora se faz deste negócio e da excessiva extensão do mesmo Breve, que impediu o tirar cópias subreptícias dele; mas como quer que seja espero ao menos poder referir a V. Ex.a a substância do dito Breve no meu futuro ofício."

Na mesma carta, temos notícia da situação de insegurança que atingia os membros da família real e também o Cardeal de Bernis:

"Estamos ainda na dúvida se as Princesas Tias de El-Rei de França poderão sair daquele Reino ou não, mas entretanto não deixa de lhe preparar um aposento magnífico no seu Palácio, o Cardeal de Bernis, posto que quase se não reputa já Ministro de França por haver pedido a sua demissão, não tendo querido prestar o juramento cívico."<sup>20</sup>

O desenrolar desenfreado dos acontecimentos em França trouxe, entre os mais graves, a consagração de Bispos fora da comunhão com o Papa, com perigo de cisma e de guerra civil. Essa situação dolorosa e irregular descreve-a D. Alexandre, sem rodeios.

"...Não se trata nem se ocupa esta Cúria presentemente de outra coisa senão dos negócios edesiásticos de França, os quais incessantemente originam novas ocupações e gravíssimos trabalhos ao Santo Padre. Depois da expedição do Breve dirigido aos Bispos e Clero de França, têm vindo repetidas notícias da consagração de diversos Bispos, sem participação ao Papa, cujos factos, não sendo certamente os mais irregulares que têm acontecido em França, são os que ofendem mais a Santa Sé, ou os de que ela parece ressentir-se mais, e por isso fica o Papa trabalhando actualmente na composição de um Breve circular dirigido aos referidos novos Bispos, para os exortar a desistirem desse nome, e das funções dos Bispos, declarando-os cismáticos e excomungados em caso de desobediência.

A importância que a Santa Sé dá a este negócio, sobre todos os mais que tem presentemente em França, não indica tão somente o seu

<sup>20</sup> Roma 16.3.1791: Idem, fl. 12.

apego aos privilégios da Cúria Romana, mas denota igualmente o sumo grau de prudência com que o Papa trata as coisas de França, fazendo maior bulha dos Decretos Nacionais em que é mais fácil conseguir retratação ou emenda, a fim de que esta sirva de pretexto à concessão de tudo o mais que for possível conferir-lhe a título de Privilégio, deferindo entretanto quanto pode usar meios violentos, que separariam talvez para sempre o Reino de França, da Igreja Católica.

Todas estas reflexões que até agora serviram de base das deliberações de Sua Santidade a respeito dos negócios de França, provam evidentemente o quanto esteja alheio de aderir às persuasões, e talvez às instâncias urgentíssimas dos mal aconselhados que desejam suscitar guerras civis na sua Pátria, fazendo servir o Vigário de Cristo de instrumento principal a tão sanguinolentas cenas. Não digo com isto que o sentimento actual da Corte de Roma haja de ser absolutamente constante para o futuro, digo só que é tal presentemente, e disso pode V. Ex.a estar certo.”<sup>21</sup>

“...Continuam a vir notícias de França muito desagradáveis para a Santa Sé, quais são as nomeações e consagrações de infinitos Bispos novos, que o vulgo aqui chama intrusos e cismáticos, sem que o Papa decidisse até agora publicamente que nome se lhes devia dar. Esta circunspecção do Santo Padre é sempre objecto das maiores críticas por uma parte, e dos maiores louvores por outra.”<sup>22</sup>

Sobre a penalização do Cardeal de Bernis, por não ter jurado a Constituição, informa D. Alexandre, em Abril do mesmo ano:

“Já referi a V. Ex.a em outra ocasião que o Cardeal de Bernis não quis prestar o juramento que a Assembleia Nacional prescreveu aos Ministros de El-Rei, tendo oferecido somente de o fazer com a reserva das palavras seguintes: ‘Sem ofender a Deus, nem à Religião’, cuja cláusula lhe não admitiram. Em consequência disto lhe mandaram pelo último Correio a sua demissão, sem lhe darem pensão ou recompensa alguma, dos seus longos serviços: e como há poucos meses o haviam privado do Arcebispado d’Alby, fica este respeitável Prelado reduzido à última necessidade, por lhe não deixarem coisa nenhuma demais de 200\$ Cruzados que tinha.”<sup>23</sup>

<sup>21</sup> Roma 23.3.1791: Idem, fl. 13.

<sup>22</sup> Roma 30.3.1791: Idem, fl. 13v-14.

<sup>23</sup> Roma 6.4.1791: Idem, fl. 14.

O Papa aparece dividido pelas solicitações à moderação e à severidade, pela defeza dos direitos da Igreja e pelos interesses dos aristocratas, e disso nos relata D. Alexandre, com o seu estilo sereno e desapaixonado.

“Também oiço que se está imprimindo na Oficina Pontifícia o Breve que Sua Santidade está para expedir aos novos Bispos de França, e a quem quer que os consagrar, em cujo escrito dizem que o Santo Padre manifesta maior fogo e energia que em nenhum dos precedentes, o que é bem natural, pois consta que o outro Breve dirigido aos verdadeiros Bispos de França lhes não agradou por falta de vigor; desagradou infinitamente à Assembleia Nacional pela reprovação de muitos dos seus Decretos. Sendo estes factos verdadeiros como o parecem ser, é muito de recear que Sua Santidade não possa continuar a conduzir-se com a moderação que até agora manifestou, e se for preciso abraçar decididamente uma grande resolução, é mais provável que se siga uma rotura total com a Assembleia e o Corpo da Nação Francesa, que abandonar Bispos, e as máximas que a Santa Sé acaba de confirmar com os Breves já referidos. Resta saber se uma semelhante rotura produzirá os efeitos que os aristocratas desejam, isto é, guerra de Religião e intestina em todas as Províncias de França, e depois dela o restabelecimento da Monarquia sobre o pé em que antigamente se achava. Entretanto veio notícia que El-Rei nomeara Mr. de Ségur para seu Embaixador nesta Corte, em vez do Cardeal de Bernis, mas ignoro se esta notícia é autêntica ou não.”<sup>24</sup>

### Embaixador e espiões franceses

Para com algumas vítimas ilustres da Revolução Francesa o Papa tinha todas as atenções, que essas pessoas caídas em desgraça, mereciam. Assim procedeu com as Princesas Tias do Rei,<sup>25</sup> chegadas a Roma, e com o Cardeal de Bernis, caído em desgraça. A respeito deste, o Papa escreve a Sua Majestade para que não seja nomeado “em vez do Cardeal, algum sujeito que não fosse verdadeiro católico, pois o não poderiam aqui receber, e que por isso mesmo era de esperar que não mandassem nenhum dos que fizeram o juramento cívico sem restrição alguma”.

<sup>24</sup> Roma 13.4.1791: Idem, fl. 14v-15.

<sup>25</sup> Trata-se das Princesas Marie-Adélaïde e Victoire Louise, filhas de Luís XV, e da rainha Maria Leszcynska.

“Esta importante carta de Sua Santidade tem dado motivo a infinitos discursos, uns em favor, outros em desabono do seu procedimento político a respeito da França. É certo que em vigor da referida carta não pode já agora El-Rei mandar aqui nenhum Ministro ou Embaixador, pois que o Papa declara não admitir os que prestaram o juramento cívico, e que a Assembleia Nacional não permite que El-Rei mande outros. Se desta interrupção da correspondência se possa seguir algum bem, ou se deve necessariamente resultar dela o mal, isto é o que V. Ex.a julgará melhor que eu. Entretanto não me consta que fosse ordem alguma ao Núncio para haver de se retirar de Paris, e resta a ver o procedimento que terá com ele a Assembleia Nacional, depois de semelhante declaração do Papa, e das mais que se acham no Breve Monitório que tenho a honra de dirigir a V. Ex.a.”<sup>26</sup>

Em Maio de 1791 o Papa dirige ao Clero e Povo de Avinhão um Breve Monitório, exortando-os a porem cobro a todos os abusos e formas de revolta. Sobre este ponto, D. Alexandre manifesta o receio de que tais exortações venham a produzir o efeito desejado. Ao mesmo tempo, chama a atenção para o Decreto de Beatificação de uma santa francesa, como expressão de Sua Santidade pelos “negócios de França”.<sup>27</sup>

Roma dava a impressão de não se ocupar de outra coisa senão dos negócios de França e de Avinhão. O Papa parecia determinado a não recorrer aos últimos meios de rigor contra os Decretos da Assembleia francesa, “para que não suceda em França o mesmo que aconteceu em Inglaterra pela nímia prontidão da Corte de Roma”. Impacientes e mal aconselhados, alguns Bispos e algum Clero francês eram partidários de uma guerra que restabelecesse a autoridade do Rei e nesse sentido instavam também junto do Papa, mas não era esse “o objecto maior do seu desvelo, mas sim o próprio interesse encoberto com as aparências do zelo da Religião e do amor do seu rei”.

A luta tinha-se estendido a Roma, onde havia “emissários ocultos”, “um número infinito de espiões”, “sujeitos perigosos”, com acesso nas Cortes. O texto da Informação de D. Alexandre é saboroso e realista.

“Como quer que seja, pretendem os chamados aristocratas que o restabelecimento da França depende de poder excitar uma guerra intestina contra o Governo presente, e fazem por consequência tudo o que

<sup>26</sup> Roma 20.4.1791: AEPSS Liv.8 fl. 16-17.

<sup>27</sup> Roma 4.5.1791: Idem, fl. 20.

lhes é possível por conseguir esse fim, insistindo para isso fortemente em que a Santa Sé pronuncie e condene formalmente os Decretos da Assembleia Nacional, sujeitando ao Interdito quem quer que lhe obedecer; mas como os do outro partido não deixam de ter emissários ocultos nesta Corte, fazem estes tudo o que podem por conter o Papa na sua deliberação de suspender o rigor; porém é natural que a primeira opinião prevaleça, tanto mais que os Emissários da Democracia são sujeitos perigosos, e contra os quais se usa da maior cautela para impedir que espalhem o seu veneno, o que eles não obstante vão fazendo, encobrendo-se com o nome de aristocratas para terem acesso nas Cortes.

Em consequência de tais fingimentos, e em circunstâncias de tanta importância, quase que não resta outro meio para se acautelar dos enganados, senão o que aqui se abraçou, o qual consiste em multiplicar infinitamente o número de espiões, para que nenhum estrangeiro, e muito menos os Franceses, deixem uma espia que refira quantos passos dão, e logo que algum deles excita suspeitas graves ao Governo, recebe aviso em segredo por parte do Santo Ofício para sair dos Estados do Papa. Talvez que apesar disso ainda seja melhor a cautela da Corte de Nápoles que não deixa entrar ninguém nos seus Domínios sem passaporte dos seus Ministros, ordenando a estes que o neguem a todos os Franceses, de modo que o pequeno número dos que puderam ir este ano a Nápoles obteve licença expressa de El-Rei.”<sup>28</sup>

Na mesma carta, o nosso diplomata refere-se ainda ao rumor acerca da vinda de Mr. de Ségur para Roma, pondo assim à prova o Papa que tinha escrito ao rei de França no sentido de não ser enviado nenhum “embaixador seu que houvesse prestado o juramento cívico”.

Por isso mesmo, não foi permitido o desembarque em Civitavecchia a alguns criados de Mr. de Ségur, que acabaram por rumar para Nápoles. E em Roma o mordomo do referido Conde era convidado a suspender as suas diligências em procurar residência para o seu amo, uma vez que ele não seria admitido nem como embaixador nem como viajante. Passados alguns dias, os 7 ou 8 criados de Mr. de Ségur chegaram a Roma, depois de terem desembarcado em Nápoles, supostamente por falta de polícia.<sup>29</sup>

De facto, o Conde de Ségur não obteve o “agrément” de Pio VI, tendo sido colocado então em Berlim.

<sup>28</sup> Roma 11.5.1791: Idem, fl. 21.

<sup>29</sup> Roma 25.5.1791: Idem, fl. 23.

“Não falta quem reprove este excesso de rigor, pretendendo que a Corte de Roma não pode negar acesso a nenhum católico, e que menos o devia negar a um que vem para negociações que podem tender ao bem espiritual e temporal de 24 milhões de almas: mas não duvido que Sua Santidade tenha argumentos muito superiores para combater esta opinião.”<sup>30</sup>

### Bispos jurantes e não jurantes

A saída dos Bispos de França era um problema muito grave, para o qual era urgente encontrar uma solução. Qual?

“Vão chegando pouco a pouco a esta Corte alguns dos Bispos franceses que recusaram prestar juramento cívico, e como seria difícil e talvez pouco seguro o dar asilo a muitos, não deixa de se ir espalhando no público a voz da convocação de um futuro Concílio Nacional dos Franceses em alguma cidade livre da Alemanha, nas vizinhanças da sua Pátria, indicando-se por ora a cidade de Aix-la-Chapelle, aonde com efeito já devem de se achar diversos Bispos e outros Prelados, sendo fácil que concorram diversos dos que se viram obrigados a fugir da sua Pátria. Todas estas disposições são sujeitas a muito perigo para a Corte de Roma se acaso as não coroar o sucesso, pois aumenta cada vez mais a opinião dos que presumem que a Cúria Romana e os aristocratas franceses desejam ardentemente suscitar uma Guerra Civil naquele Reino.”<sup>31</sup>

Nesta mesma carta, ficamos a saber que o Papa, regressado de Terracina, passou a “ocupar-se dos negócios urgentíssimos de França e de Avinhão”, sobre o qual não consta nada de novo a não ser a publicação de um Breve dirigido aos Bispos e Clero da Córsega.

A 19 de Maio, o Papa convocou a Congregação dos Cardeais, pondo à sua deliberação se deveria ser recebido ou não o novo embaixador de França. Pela afirmativa alinhavam, além do Ministério francês, o Nuncio em Paris e alguns Cardeais, entre os quais se encontrava o Cardeal Campanelli. O discurso deste, fazendo-se eco de sugestões do Ministro de Espanha, apoiava o *agrément* ao novo embaixador, no facto de os franceses não terem sido ainda declarados cismáticos ou hereges e porque muitos

<sup>30</sup> Roma 18.5.1791: Idem, fl. 22.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

seculares ignoram as matérias que são objecto do dito juramento. Pela negativa estava, além do Papa, o resto do Sacro Colégio. E nesse sentido foi comunicada a invariável determinação da Santa Sé ao Nuncio em Paris, o qual a deveria transmitir, ainda que isso lhe viesse a custar a saída de Paris e de França.<sup>32</sup>

Esta comunicação ao Nuncio foi imediatamente feita pela Secretaria de Estado. Porque o Papa não desejava ver abalada a sua autoridade, deixa de tomar o “partido das negociações”. Mas as consequências disso em França podem vir a ser desastrosas. A isso se refere o nosso embaixador, sem deixar de indicar as propostas de correções que seria possível fazer aos Decretos mais críticos da Constituição.

“Esta determinação que o Papa certamente não aprova no íntimo do seu coração, fecha de uma só vez a porta a qualquer sorte de negociação entre a Cúria Romana e a Corte de França; e portanto não sendo de esperar que a Assembleia se arrependa tão facilmente e tão cedo dos seus Decretos em matérias eclesiásticas, que os haja de revogar, não vejo meios de se conservar a Religião Católica em França senão por uma contra-revolução, que parece impossível, ou por uma guerra civil concluída com brevidade a favor dos aristocratas, sucesso que não parece menos impossível.

Todas estas considerações provam que a opinião do Cardeal Campanelli não era a menos louvável, pois tendia a conservar as negociações em vigor entre El-Rei e o Papa, deixando por isso alguma esperança de que a Assembleia admitisse alguma emenda ou correcção nos três Decretos que ofendem mais gravemente a Disciplina da Igreja, a saber: 1. a eleição dos Bispos pela Municipalidade (de que fora preciso excluir os não-católicos); 2. a consagração dos Bispos pelos Metropolitanos (o que fora preciso fazer em vigor de uma delegação perpétua da Santa Sé); 3. a exaltação dos novos Bispos em lugar dos não-jurantes (a quem fora preciso não ter dado o nome de Bispos, mas sim de Vigários Capitulares ou Coadjuutores até à morte dos verdadeiros Bispos). A frivolidade destas correcções não deixa de provar que houvera sido fácil de as conseguir da Assembleia Nacional, e com elas todos aqui são da opinião que a Igreja podia fechar os olhos sobre o resto dos Decretos e esperar tempo mais favorável para pretender que se retratassem; mas não tendo tomado o partido das negociações, parece inevitável que o Papa venha a pronunciar o Interdito sobre toda a Nação como ameaça no seu Breve; e se o fizer é muito de temer que

<sup>32</sup> Roma 25.5.1791: Idem, fl. 23. Passadas 2 ou 3 semanas, o Nuncio encontra-se já na Saboia (Roma 22.6.1791: Idem, fl. 28).

não torne a ressurgir a Religião Católica em França, ainda que a Monarquia se torne a restabelecer, como é de esperar que suceda, ao menos pelo decurso do tempo.”<sup>33</sup>

A família de Mr. de Ségur partiu de Roma, e agora a rotura com França parece estar próxima, “apesar do escrúpulo em que o Papa parece estar sobre o que deve fazer para conservar a pureza da fé entre os franceses”. A situação insegura e confusa em França acaba por perturbar o tempo de entrega do correio.<sup>34</sup>

“Partiu a família de Mr. de Ségur, e apesar do escrúpulo em que o Papa parece estar sobre o que deve fazer para conservar a pureza da fé entre os Franceses, julga-se inevitável já agora e próxima a total rotura com eles; e a tardança do correio ordinário esta semana que se demorou 48 horas, tinha dado a suspeitar que já não houvesse de vir, pois é sempre um correio particular de cada Nação, ou da maior parte delas, que traz cada semana as cartas para Roma, e as de França já agora pouco tempo poderão vir por essa forma.”<sup>35</sup>

O Santo Padre está de saúde, “apesar das angústias que oprimem o seu coração e do trabalho excessivo a que se sujeita por causa dos negócios da França e das outras adversidades da Igreja, querendo ser ele mesmo quem escreve tudo o que se faz de mais importante nesta Corte.”<sup>36</sup>

Há notícias da revolta na Córsega, com a fuga do antigo e do novo Bispo. As ovelhas – “ovelhas que parecem tigres” – reclamam o regresso do antigo Bispo fugitivo em Pisa. Também há rumores de preparativos de guerra, feitos pelo Cardeal de Rohán, o Príncipe de Condé, e o Conde de Artois, em diversas partes das fronteiras de França. “Tudo é, por ora ainda muito incerto, e mais se fala no que aqui desejam que se faça, que no que haja acontecido com efeito”.<sup>37</sup>

### Fuga e prisão do Rei

Apesar de serem críticas as circunstâncias do caso francês em Roma, “continua-se a seguir o estilo de que esta mesma corte quase nunca

<sup>33</sup> Roma 1.6.1791: Idem, fl. 24v-25.

<sup>34</sup> *Ibidem.*

<sup>35</sup> *Ibidem.*

<sup>36</sup> Roma 8.6.1791: Idem, fl. 25v.

<sup>37</sup> Roma 15.6.1791: Idem, fl. 26v-27.

se afastou, isto é, temporizar para não precipitar os negócios”. Além deste motivo, a probabilidade de uma contra-Revolução em França e “a incerteza em que o Papa se acha sobre o que é mais conveniente que faça para o serviço de Deus e da Igreja” eram razões a justificarem o adiamento de qualquer resolução. De resto, com excepção de alguns Cardeais, “não há ninguém mais que reprove este excesso de moderação do Santo Padre”.<sup>38</sup>

Para além das notícias contraditórias dos acontecimentos em França, causou em Roma grande regozijo saber que a família real escapara “aos seus infames perseguidores”, estando quase para atravessar a fronteira pela parte de Metz, para se juntar às tropas alistadas pelo Conde de Artois e pelo Príncipe de Condé. Assim descreve D. Alexandre a “tão justa satisfação” que tal notícia causou:

“Não se pode exprimir a alegria e os transportes que causou esta notícia em Roma; todo o povo ficou a noite inteira pelas ruas gritando vivas a El-Rei; houveram pessoas que puseram luminárias. As Mesdames Tias de El-Rei tiveram em sua casa a Nobreza toda e muitos Cardeais e ministros estrangeiros, e estavam como fora de si de satisfação. O Papa, que a noite precedente não tinha fechado olho por sentido e angustiado da notícia que tinha vindo da captura de El-Rei, ficou também excessivamente alegre com a inesperada notícia da sua libertação e mandou imediatamente o Cardeal Nepote cumprimentar da sua parte as Princesas de França e o Cardeal de Bernis.”<sup>39</sup>

Depois das “notícias da fugida, detenção e libertação de El-Rei de França, chegou na manhã de antes de ontem o ordinário de França com a fatal certeza da sua recondução para Paris, notícia totalmente não esperada, e tão penosa para todo este público, quanto a da libertação de El-Rei fora aprazível”.

“Ninguém se mostrou mais sensível que o Papa à desgraça de El-Rei e da Monarquia de França, e certo que a ninguém devia causar maior pena, pois além das esperanças que tinha de ver triunfar a Monarquia e a Religião Católica da iniquidade dos seus perseguidores, teve ainda de se arrepender de ter enviado um Breve a El-Rei.”<sup>40</sup>

Dadas as circunstâncias, não era provável que o Breve de felicitação escrito pelo Papa chegasse ao rei de França, uma vez que devia ser

<sup>38</sup> Roma 29.6.1791: Idem, fl. 28v.

<sup>39</sup> Roma 6.7.1791: Idem, fl. 29.

<sup>40</sup> Roma 13.7.1791: Idem, fl. 29v-30.

entregue pelo Núncio, mas era de recear que alguma das cópias feitas chegasse às mãos dos espiões. Os termos enérgicos com que estava escrito não deixariam de irritar os ânimos dos defensores da Constituição, e como não restava quase “uma luz de esperança de abater por ora a nova Constituição nem de intimidar os seus malvados autores com as armas da religião”, havia fortes razões para recear uma ruptura total com Roma, uma vez que declarações ulteriores do rei podiam “conduzir as coisas da Religião ao último ponto da desgraça em toda a França”.

“Acabo de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não faltam nesta Corte espiões da Assembleia Nacional de França, mas devo acrescentar que são tão numerosos, e de condições tão diversas, que absolutamente se não pode tratar com franceses sem excitar justas suspeitas de favorecer, ou tomar parte na sua cegueira. Portanto não deixa o Governo de Roma de ir purgando a sociedade, quanto pode, daqueles infames delatores; e os dias passados se expeliram dos Estados Pontifícios individuos suspeitos desta infâmia.”<sup>41</sup>

“...A consternação e agitação do espírito de Sua Santidade e de todos os seus Ministros por causa dos negócios de França, e sobretudo pela infrutuosa fuga de El-Rei, são mais fáceis de imaginar que de escrever. Não se fala, nem se ocupa este público de outra coisa; e por assim dizer não há em Roma outra novidade que as novidades da França.”<sup>42</sup>

### Tumultos e missões secretas

Perante a incerteza do caso da França, Sua Santidade não se atrevia a tomar resolução alguma, “esperando tudo do benefício do tempo”. Assim, “apesar de tudo o que a Assembleia Nacional tem feito para destruir a Religião naquele Reino”, o Papa ou se arrepende em parte do que fez ou “pensa em moderar algumas das suas resoluções a este respeito”.<sup>43</sup>

Uma outra notícia parecia prever uma mudança na situação. De facto, segundo um despacho veiculado pelo encarregado de negócios de França até ao Papa, parecia que a usurpação da Assembleia Nacional estava próxima a acabar. O nosso diplomata faz votos por que assim seja, porque o fogo da anarquia francesa se estava a espalhar por outros países, referindo dois casos passados em Bolonha e em Civitavecchia.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> Roma 20.7.1791: *Idem*, fl. 31v.

<sup>43</sup> Roma 3.8.1791: fl. 32v-33.

<sup>44</sup> Papa outros casos, ver: Roma 7.9.1791: fl. 38v-39.

“Deus queira que assim seja, e que a esta se não sigam outras desordens ainda maiores se é possível, pois que o espírito de insubordinação que tem causado tanto estrago em França, não deixa de se ir manifestando mais ou menos quase por contágio em diversos outros Estados. Aqui mesmo, apesar da doçura e vigilância do Governo, não têm deixado de se levantar algumas labaredas desse mesmo incêndio que felizmente se apagam sem estrondo nem demora; tal foi o facto de Bolonha no fim do mês passado.

(...) Outro sucesso da mesma espécie, e ainda pior, ia acontecendo os dias passados em Civitavecchia, pela revolta de mais de mil forçados das galés, que repentinamente se desembaraçaram dos ferros com que estavam ligados e, munidos de armas de fogo e outras, tendo posto fogo a uma galé, intentaram escapar e espalhar-se pela Cidade gritando – ‘Viva a liberdade, Viva a Assembleia Nacional de França’.”<sup>45</sup>

Em Agosto de 1791 tomamos conhecimento de uma ou mais missões secretas em Roma, provavelmente da parte dos Bispos não-jurantes, com algumas propostas que não terão arrancado a Cúria Romana à sua perplexidade, mas que acabaram por ser, em grande parte, confirmadas.<sup>46</sup>

“Não direi que seja o mesmo da Missão misteriosa com que apareceu aqui há poucos dias um Abade Francês de Família Nobre, chamado Mr. de Cambyse. Dizem-me que o sobredito viesse da parte dos Bispos não jurantes de França negociar os seguintes objectos: 1.º que Sua Santidade conceda aos referidos Bispos todas as faculdades que costuma conceder aos que residem nos Domínios dos infieis. Não sei em que consistem, mas oiço que o Papa lhes concedera as ditas faculdades; 2.º propõem os mesmos Bispos um certo número de questões ao Papa, pedindo-lhe o seu conselho e determinação nos casos mencionados, e se diz que o Santo Padre determinara convocar um dia destes uma Congregação extraordinária de muitos Cardeais para lhes propor as questões e ouvir os seus pareceres; 3.º finalmente, determinados os Bispos a escreverem uma carta circular a todos os da Cristandade para lhes pedir assistência, consolação e conselho, desejavam ouvir o sentimento do Papa sobre esse ponto antes de o efectuar; mas a Cúria Romana, que não tem menor receio dos antigos privilégios da Igreja Galicana, que de qualquer maior dano, procura declinar a proposição do Abade Cambyse, dando-se por coisa certa que o Papa lhe respondera tomava sobre si o cuidado de escrever a

<sup>45</sup> Roma 10.8.1791: *Idem*, fl. 33v.

<sup>46</sup> Roma 24.8.1791: *Idem*, fl. 37.

carta circular aos Bispos Católicos, o que o mesmo Abade, instruído da política Romana, não aceitou, nem recusou.”<sup>47</sup>

### Demissão do Cardeal de Loménie e usurpação de Avinhão

Os negócios de França, a demissão do Cardeal de Loménie, continuavam a ser objecto de discussão, quer na Congregação ordinária quer no Consistório dos Cardeais. Também neste mês de Setembro os criados de Mr. de Ségur são intimados a deixar Roma.<sup>48</sup>

A sua Santidade chega o pedido de instruções por parte do clero francês (Roma 21.9.1791). A alocução do Papa no Consistório dos Cardeais declara as razões por que Mr. de Loménie é privado do Cardinalato, manifesta o inalterado modo de pensar da Santa Sé, a respeito dos Decretos da Assembleia francesa relativos ao clero, apesar de constar que o rei sancionaria a Constituição “sem alguma reserva, excepção ou mudança”.

Quanto ao novo Cardeal francês, corriam vozes fortes a favor do Abade Maury, cuja eloquência na Assembleia Nacional e cujo cuidado em informar secretamente o Papa eram dignos de apreço, mas a cuja exemplaridade de vida alguns tinham reparos a fazer.

“Só me resta a dizer-lhe que as últimas notícias de França acabaram de encher as medidas do sofrimento do Papa, trazendo-lhe quase a certeza da usurpação de Avinhão, Carpentras e Condado Venaissin, porém não consta que até agora tomasse deliberação alguma decidida, à vista desta injustiça não menos que das outras que tem praticado esta abominável Assembleia.”<sup>49</sup>

Apesar da situação em França aparecer irreversível, o Papa tudo fazia para evitar a ruptura.

“As notícias de França continuam a ser cada vez mais desagradáveis para a Santa Sé tendo vindo neste último Ordinário a certeza da usurpação final de Avinhão e Carpentras; mas nem por isso creio que haja de se alterar o plano que o Santo Padre tem feito de não levantar ele mesmo o muro da separação entre a França e a Igreja Romana, tanto

<sup>47</sup> Roma 17.8.1791: fl. 34.

<sup>48</sup> Roma 14.9.1791: fl. 39v-40.

<sup>49</sup> Roma 28.9.1791: Idem, fl. 42.

mais sendo de presumir, como o é na realidade, que as coisas de França hajam de mudar-se enfim, como é razão, a favor do Soberano e da Religião.”<sup>50</sup>

Pelo correio de França constou, entretanto, a usurpação de Avinhão e a sanção pelo rei da nova Constituição. Tais notícias chegavam ao conhecimento do Papa e do Cardeal Zelada por via indirecta, e não pelo agente de França, Mr. Bernard, que não estava acreditado por ter feito o juramento cívico, proibido pelo Papa. Apesar de anormal, tal situação permite à Santa Sé ganhar tempo, “persistindo o Santo Padre por ora na disposição benigna e clemente de não romper de todo com a França”, e contribui para preservar a dignidade do Cardeal de Bernis.<sup>51</sup>

O caso francês continua a ser “o assunto principal, ou para melhor dizer, o unico de conversações de toda a Roma”. Sobre a usurpação de Avinhão e do Condado de Venaissin, “aonde reina a mais atroz confusão”, não há ainda nenhum protesto do Papa, o qual se encontra em férias.<sup>52</sup>

Esse protesto, porém, não se fez esperar e nele se pedia a protecção dos Príncipes católicos. Às perguntas de D. Alexandre o Cardeal Secretário respondeu que a Santa Sé esperava que do mal viesse a nascer o bem e que, apesar do desconcerto das novas leis, os povos se cansassem da anarquia.<sup>53</sup>

O embaixador refere a recepção de um “exemplar impresso do quírografo pontifício sobre a usurpação de Avinhão”, que ele envia para Lisboa.<sup>54</sup>

### O Abade Maury

O Abade Maury é esperado em Roma com certo alvoroço por parte de “Sua Santidade e da pessoas mais distintas, não menos que das Princesas de França que aqui vivem, por ter sido, em certo modo, defensor da Igreja e a coluna do Governo Monárquico em França”. “Por estes grandes serviços, cujo efeito foi nulo”, espera-se que seja nomeado Cardeal, esquecendo outras irregularidades da sua vida.<sup>55</sup>

<sup>50</sup> Roma 3.10.1791: Idem, fl. 42v.

<sup>51</sup> Roma 12.10.1791: Idem, fl. 43.

<sup>52</sup> Roma 26.10.1791: Idem, fl. 46.

<sup>53</sup> Roma 2.11.1791: Idem, fl. 46-47.

<sup>54</sup> Roma 23.11.1791: Idem, fl. 49v.

<sup>55</sup> Roma 30.11.1791: Idem, fl. 50.

Sabe-se que Maury já chegou a Bolonha, onde foi tratado com a maior sumptuosidade, e que o seu retrato impresso tem sido comprado aqui com entusiasmo, a começar pelo Papa que o colocou no seu gabinete. Entretanto, soube-se através do Bispo de Spira que o rei de França escapara de Paris, refugiando-se na Flandres francesa, onde achára 12.000 homens fiéis ao Príncipe de Condé. Esta notícia causou “alvorço e uma sensação inexplicável em Roma” e muitos “receiam maior dano para a Religião e a Monarquia de França” com esta segunda fuga do rei do que com a primeira.<sup>56</sup>

O Abade Maury encontra-se já em Roma instalado num palácio do Cardeal Zelada, Secretário de Estado, mas ainda não foi recebido pelo Papa, por este se encontrar um pouco doente. Tal demora parece impacientá-lo um pouco.<sup>57</sup>

Finalmente, o Abade Maury foi recebido pelo Papa, mas não se previam as consequências que daí pudessem advir. Começou a decair o seu nome para a nomeação cardinalícia, por causa de invejas que não viam nele razão especial para esse título. Neste caso, ele poderia vir a ocupar um lugar de relevo na secretaria particular do Papa ou em alguma Abadia ou em Coblense, onde os Príncipes o desejavam.<sup>58</sup>

### Êxodo do Clero francês

O Papa, com a saúde abalada, devia preparar a refutação da apologia dos bispos jurantes, assim como moderar os ímpetos dos não-jurantes. À moderação o aconselhavam o Cardeal de Bernis e outros, não o “seu génio ardente”. Entretanto, a Roma iam chegando párocos de França, expulsos por não terem feito o juramento cívico.

“É necessário que eu diga que os negócios de França continuam a ser o objecto de maior ocupação e cuidado de Sua Santidade, empregando-se principalmente agora em refutar a Apologia que os Bispos jurantes publicaram do seu procedimento, cujo escrito será provavelmente outro volume, se o Papa o continuar a fazer por si mesmo, mas oigo estar meio decidido a cometer esse trabalho ao Cardeal Antonelli e ao Abade Maury. Dá também grave assunto de meditações ao Santo Padre a requisição que fizeram os Bispos não jurantes de que Sua

<sup>56</sup> Roma 7.12.1791: Idem, fl. 51.

<sup>57</sup> Roma 14.12.1791: Idem, fl. 52; Roma 21.12.1791: Idem, fl. 53.

<sup>58</sup> Roma 28.12.1791: Idem, fl. 54.

Santidade fulminasse os outros como intrusos cismáticos, sem prece-derem novos Monitórios, vista a notoriedade do delito e a qualidade dele; e é sem dúvida que se o Papa tivesse seguido o primeiro impulso do seu génio ardente não deferia um momento a condená-los, porém o Cardeal de Bernis e alguns outros persuadem quanto podem a moderação e as vias da conciliação, na certeza que não haja outro meio de conservar a Religião em França senão temporizando actualmente o mais que for possível. Nestes termos oigo que Sua Santidade resolverá convocar, para a semana que vem, uma Congregação de alguns Cardeais para ouvir os seus pareceres nesta matéria e decidir-se em consequência deles. (...)

Também chegam quotidianamente alguns Párocos de França, expulsos das suas Igrejas por não haverem prestado o juramento cívico; e devendo a Santa Sé tratá-los com amor e caridade, não deixa de os assistir com algum dinheiro, distribuindo-os pelas Casas Religiosas de Roma para que vivam com mais decência e economia.”<sup>59</sup>

A próxima Congregação dos Cardeais deveria ocupar-se dos negócios de França e era provável que o seu resultado se reduzisse “a publicar um novo Monitório aos Bispos que prestaram juramento cívico, sem que se proceda por ora contra eles com mais rigor, como pretendiam os outros Bispos não jurantes”. Entretanto, “vai chegando cada dia maior numero de párocos emigrantes de França, a quem o Papa não deixa de conceder abrigo e toda a sorte de auxílios, distribuindo-os pelos conventos mais opulentos da cidade e dos arredores”.<sup>60</sup>

### Novo Monitório ao clero de França

Na Congregação dos Cardeais prevaleceu a opinião dos mais moderados, com dois contra. O Monitório, a redigir pelo Papa, devia fazer nova intimação aos bispos jurantes de França, lembrar-lhes as censuras em que incorriam persistindo nos seus erros e o estado de separação em que viviam da Santa Sé. Apesar do temperamento do Papa ser “sumamente fozoso”, as circunstâncias requeriam suma prudência, como aliás Sua Santidade tinha procedido.

“Não canso a sua paciência com miudezas insignificantes desta terra que foi sempre famosa nessa parte, porém entre estas, bem que eu a

<sup>59</sup> Roma 11.1.1792: Idem, fl. 56.

<sup>60</sup> Roma 18.1.1792: Idem, fl. 57.

julgue uma das menos insignificantes, devo não obstante referir que o vulgo de Roma e alguns sujeitos ainda fora dessa classe, manifestam uma espécie de terror pânico a respeito dos Franceses, depois que a Assembleia Nacional decretou que se movesse guerra às Nações que houveram dado asilo por forma de ajuntamento aos emigrantes franceses. Não se pode dizer certamente que o número dos emigrantes franceses que aqui há seja muito grande, nem que dê a mínima sombra à Assembleia Nacional; porém a opinião pública em França a respeito do favor que o Papa concede ao Partido Aristocrático, o rigor inevitável que o Sumo Pontífice houve de mostrar contra o Decreto da Assembleia, o manifesto que enviou às outras Cortes sobre a usurpação de Avinhão, finalmente a ligeireza dos franceses, a pouca afeição que em todo o tempo manifestaram à Sé Apostólica, e ultimamente o desamparo e fraqueza em que se acham as fronteiras marítimas no Estado Pontifício, e o espírito de rapina que é provável que se desperde na Marinha francesa por causa da anarquia: tudo isto dá motivos de temor ao povo, e não sei até que ponto se engane; mas o Governo não se dá por entendido disso até este ponto.”<sup>61</sup>

O novo Monitório ao Clero francês ainda não foi expedido, “porque o sistema é ganhar tempo” e o prelado que o deve escrever não tem demasiado vagar. Quanto ao Imperador, o público romano tem os olhos postos nele, desejando uns e receando outros que ele se decida a mover guerra aos franceses, o que ele deferirá o mais tarde possível.<sup>62</sup>

O referido Monitório ainda não foi enviado, “pela lentidão com que se quer obrar nesta importante matéria para não precipitar coisa alguma”. No entanto, torna-se indispensável que a Santa Sé tenha normas precisas “a respeito das coisas da Religião em França para o futuro, pois que ninguém presume já agora que possam tornar ao seu antigo pé. A Revolução tornara-se um facto irreversível, com consequências que não se puderam prever nem evitar.

“Com efeito, como se pode esperar que o povo torne a pagar Dízimos depois de se acostumar à isenção de um tão pesado tributo Eclesiástico? Como se pode esperar que os bens alienados do Clero tornem a voltar à mão dos seus proprietários, antigos Abades, Cónegos, Frades, etc.?”

Nestas circunstâncias é importantíssimo para o resto da Cristandade observar qual haja de ser o sistema que abraçará a Cúria Romana para

<sup>61</sup> Roma 25.1.1792: Idem, fl. 58v-59.

<sup>62</sup> Roma 8.2.1792: Idem, fl. 60v-70.

o futuro com a França, não o podendo eu antever, nem presumir de modo algum, e só sim que se fará todo o possível, e todo o género de sacrificios compatíveis com o Dogma para não haver de segregar aquela vasta Monarquia do número dos Fiéis, separação que quando uma vez se vem a efectuar, dificilmente tem remédio, como a experiência o mostra a respeito da Inglaterra, Suécia, Dinamarca e grande parte da Alémanha.”<sup>63</sup>

### Vozes de guerra contra a França

D. Alexandre insinua que o estilo de intervenção do Papa poderia mudar, se o Imperador e outras potências declarassem guerra à França por causa da nova Constituição, quer dizer, passaria a usar “daqueles meios de rigor que presentemente seriam inúteis”.<sup>64</sup>

Entre as potências encontram-se a Imperatriz da Rússia, que respondeu ao Papa “com um calor e uma energia totalmente extraordinária”<sup>65</sup> e o Imperador da Alemanha,<sup>66</sup> que, passado pouco tempo, falecia, ficando assim no ar “os planos de uma guerra dos aristocratas contra os chamados democratas”.<sup>67</sup>

Finalmente, foi expedido o Monitório de Sua Santidade ao Clero de França, de que D. Alexandre envia para Lisboa um exemplar, com tradução do Abade Maury, que “frequentemente confere com os ministros de Sua Santidade sobre os negócios da sua pátria”.<sup>68</sup>

Ressurgia o eco de uma guerra próxima entre franceses e alemães, enquanto em Roma a vigilância continuava apertada, mesmo “no chuveiro de párcos e outros clérigos não jurantes”.

«Todas as novidades actuais desta Corte se reduzem a uma esperança quase geral que nela há de imminente rompimento da guerra entre os Franceses e os Alemães, da qual espera que venha em consequência mais ou menos próximo o restabelecimento da antiga Constituição; entretanto, porém, continua a vigilância deste Governo a afastar daqui todos os sujeitos do espírito de Democracia, ou para melhor dizer, de

<sup>63</sup> Roma 15.2.1792: Idem, fl. 61v.

<sup>64</sup> Roma 29.2.1792: Idem, fl. 63.

<sup>65</sup> Roma 7.3.1792: Idem, fl. 63v.

<sup>66</sup> O imperador era Leopoldo II, pai de Francisco II, cuja filha Maria Leopoldina, foi mulher de D. Pedro I, Imperador do Brasil.

<sup>67</sup> Roma 14.3.1792: AEPSS Liv.8 fl. 64v-65.

<sup>68</sup> Roma 28.3.1792: Idem, fl. 67.

sedição, sendo curioso e digno de reflexão que no chuveiro de Párocos e outros clérigos não jurantes que vieram abrigar-se em Roma, se achem diversos membros desse mesmo partido, chamado dos Jacobeus; e como quer que alguns deles fossem desmascarados pela vigilância do Governo, imediatamente expulsos destes Domínios e conduzidos em segredo às fronteiras do Estado.”<sup>69</sup>

Entre boatos e conjecturas sobre a aliança da Rússia, Prússia e Áustria contra a França, D. Alexandre refere nesta última carta de Roma a missão diplomática de Mons. Maury à Alemanha e considera os preparativos de defesa dos Estados Pontifícios, pelo temor de vingança por parte dos franceses, como “objecto verdadeiramente de riso e de piedade”. Apesar da “demora dos correios ser um verdadeiro tormento para todos”, D. Alexandre encontra-se bem informado e sobre todos os acontecimentos tem uma reflexão crítica ou uma reserva prudente a fazer.<sup>70</sup>

\* \* \*

A Informação de D. Alexandre foi interrompida com a sua partida para Portugal a 26.06.1792. Desde que chegara a Roma, ele tinha pedido autorização para ir a Portugal tratar de assuntos relacionados com a sua casa. Sua mulher, D. Isabel Juliana Sousa Coutinho, não o pode acompanhar, por já estar muito doente, vindo a falecer na Suíça, para onde fora para se tratar. Só em 1795, chegou a Lisboa, a bordo do barco “Rainha de Portugal”.

No ano de 1802, o Morgado do Calhariz, casado de novo com uma sobrinha, D. Balbina de Sousa, voltava a Roma, desta vez com a categoria de Embaixador, trazendo como Conselheiro honorário o seu filho D. Pedro de Sousa e Holstein.<sup>71</sup> Este período sob Pio VII será breve e atribulado.

Durante os anos da sua ausência, ficou a substituí-lo em Roma Luís Alvares da Cunha e Figueiredo, que acompanhara D. Alexandre nas anteriores missões diplomáticas, como Secretário particular.<sup>72</sup>

<sup>69</sup> Roma 18.4.1792: Idem, fl.69v-70.

<sup>70</sup> Roma 20.6.1792: Idem, fl. 70v-71.

<sup>71</sup> A partida para Roma prolongou-se por dois anos e sobre isso faz o Núncio em Lisboa, Bartolomeo Pacca, alguns comentários (ASV Arquivo Nunciatura de Lisboa n.134 e 135).

<sup>72</sup> O Embaixador E. BRAZÃO faz dele o seguinte retrato: “Este modesto funcionário, de quem hoje ninguém conhecerá o nome, foi o nosso verdadeiro representante junto de Pio VI e nos

Quando, passados dez anos, D. Alexandre retoma a Informação por correspondência (31.05.1802), uma sucessão de acontecimentos tinha alterado o quadro político europeu. Embora continue a falar da França, fá-lo de um modo mais sucinto e menos relevante no confronto com o que ia observando sobretudo na Itália, da qual diz: “Entre os diversos flagelos que oprimem a Itália na circunstância presente não é dos menores o enxame de *Barbarescos* que infestam as costas do mar não só pelo lado ocidental, mas também pelo oriental”.<sup>73</sup>

D. Alexandre de Sousa e Holstein morre a 12.12.1803, em Frascati, com 53 anos de idade, tendo sido sepultado na Igreja de S. António dos Portugueses, numa capela lateral onde um monumento funerário da autoria de António Canova perpetua a sua memória. A sua morte prematura foi muito sentida em Roma, e sinal disso é a correspondência que se encontra no Arquivo Secreto do Vaticano (ASV), referindo-se não só à sua perda, mas manifestando também preocupação pelo futuro do filho D. Pedro. O que aí podemos ver é sinal da importância que o “Ministro de Sua Majestade Fidelíssima” tinha em Roma, num período de grandes perturbações em toda a Europa, sobretudo na Península Itálica e na França.<sup>74</sup>

A. PINTO CARDOSO

inícios de Pio VII. Assistiu à devastação de Roma pelos exércitos de Bonaparte, correu os maiores perigos, viveu com as maiores dificuldades económicas, acompanhou Pio VI no seu martírio da Toscana, teve de sair dali quando o Pontífice foi arrastado, moribundo, para França. Teve então de ir para a Sicília, mas entretanto salvou a maior parte dos bens do Estado que ficavam em Roma, escondendo-os e confiando-os a pessoas leais e seguras” (*Relações Diplomáticas I*, 1973, 19-20).

<sup>73</sup> Roma 16.06.1803: AEPSS Liv.11, fl. 68.

<sup>74</sup> ASV Arquivo Nunciatura de Lisboa 43, fasc.5: sobre a nomeação para Embaixador (f.10, 12); sobre a sua morte (f.14); sobre o acidente de que foi alvo a sua carroça na Praça de S. Pedro em Roma, no ano de 1791 (f.114-119). – Sobre este incidente há duas cartas do Card. Zelada para o Núncio em Lisboa: Depois da Procissão da Oitava do “Corpus Domini”, foi virada na Praça de S. Pedro uma carroça do Ministro de Sua Majestade Fidelíssima, na qual se encontravam dois filhos do mesmo e dois gentil-homens. O Ministro exigiu formalmente uma proporcionada satisfação e o Governador ordenou um inquérito e a prisão do cocheiro responsável. Tendo-se este refugiado em lugar isento, foi preso e julgado sem atenuantes. Condenado a ser levado ignominiosamente por Roma sobre um jumento, foi declarado inapto a exercer a arte de cocheiro, pela ignorância e mau génio que tinha manifestado. Além disso, o Ministro procura inculpar o Conde Piovannelli, que o Card. Secretário diz estar inocente e a quem solicita para ter uma conversa com D. Alexandre. Este acaba por agradecer ao Card. Zelada as medidas tomadas e declara-se “satisfeitíssimo” (Cartas de 6 e 13.07.1791).